



■ Presidente **p.3**

Primeiro-ministro tem uma “visão idílica” da realidade



■ PSD **p.10**

Portugal precisa de finanças públicas sustentáveis

# POVO LIVRE



n.º 1960  
15 de março de 2017

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
n.º 105690 - Propriedade: PSD

## FALTA DE AMBIÇÃO DO GOVERNO PREJUDICA O PAÍS



■ Pedro Passos Coelho esteve num jantar autárquico do PSD de Ourém

# O empreendedorismo é essencial para a promoção das exportações



Durante a visita ao Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas (SISAB), 7 de março, Pedro Passos Coelho destacou a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento e promoção das exportações nacionais. “Tomara o país que tivesse muitos mais empreendedores a promover as exportações portuguesas. Quando trazemos pessoas de fora a Portugal, acabamos sempre por promover produtos portugueses”; disse.

Sobre os últimos acontecimentos referentes ao Banco de Portugal, Pedro Passos Coelho criticou a esquerda parlamentar por conviver mal com os reguladores e fazer declarações hostis sobre o Governador do Banco de Portugal.

“Tem havido por parte dos partidos que apoiam o Governo um conjunto de declarações que são abertamente hostis ao atual governador e que de certa maneira escondem a forma como a maioria convive mal com os reguladores, com os órgãos, as entidades e instituições

que têm independência. Já vimos isso a propósito do Conselho de Finanças Públicas, vemos isso a propósito do Banco de Portugal e outras instituições”, acusou o Presidente do PSD.

Pedro Passos Coelho adiantou também que, no debate quinzenal que decorrerá amanhã na Assembleia da República, será a “circunstância mais adequada para tratar estes assuntos na medida em que é preciso confrontar o Governo com algumas das notícias que têm vindo a público”.

Sobre o papel que tem vindo a ser desempenhado pelo Governador do Banco de Portugal, o Presidente do PSD revelou que este tem exercido o seu lugar com “isenção”: “Não vejo nenhum motivo que me leve a pensar que o governador não tem exercido o seu lugar com competência, com profissionalismo e com isenção”, referiu.

Para Pedro Passos Coelho, as constantes críticas a Carlos Costa constituem “um ataque político muito dirigido e pessoal” e isso “mostra uma capacidade muito escassa, para não dizer preocupante, da maioria que governa este país, relativamente a admitir opiniões diferentes e a lidar com aquilo que é independente”.

## Geringonça não tem funcionado

O líder social-democrata disse viver “muito confortável a continuar a achar que esta é uma solução que tem a legitimidade parlamentar que todos conhecem, mas que não tem funcionado bem para Portugal”.

“Quem a estude de fora que possa também poder fazer as conclusões que lhe pareçam mais adequadas. As que nós fazemos sobre esta experiência são conhecidas cá”, sublinhou.





## Primeiro-ministro tem uma “visão idílica” da realidade

O primeiro-ministro levou ao parlamento resultados do Governo que “ficam aquém” das suas promessas, acusou na quarta-feira, dia 8, Pedro Passos Coelho. António Costa continua a manifestar “regozijo por as coisas afinal não serem piores”, traçando uma “visão idílica” de Portugal. E qualquer voz dissonante é atacada.

“O crescimento desacelerou relativamente ao ano anterior”, e fechado o último trimestre de 2016, “o investimento cresceu menos em termos homólogos”, nas Finanças Públicas, a dívida pública “cresceu em rácio do PIB” e o défice orçamental medido pelo saldo estrutural “não melhora”, explicou Pedro Passos Coelho, desmistificando os números lançados pelo primeiro-ministro. “Salva-se o comportamento do emprego” que é, ainda, “um eco” da evolução que vinha a registar-se desde o governo de Pedro Passos Coelho.

O presidente do PSD assegurou que os deputados social-democratas não partilham “a satisfação que o Governo exhibe” quando os resultados “ficam aquém daquilo a que o Governo se comprometeu”. “Sabemos que o Governo não está, estruturalmente, a fazer o que devia para nos pôr a crescer mais intensamente”, avisou o líder social-democrata, lembrando que o défice de 2016 foi reduzido à custa de medidas extraordinárias, ou seja, um rumo que não altera o perfil da economia portuguesa para futuro. E, sem crescimento, não é possível lutar contra as desigualdades e alcançar “uma sociedade mais equitativa”.

No debate quinzenal, o primeiro-ministro não explicou, contudo, as diferenças entre as suas promessas e a realidade. Na verdade, tanto o Governo como a maioria parlamentar preferem atacar as entidades independentes que denunciam a falta de reformismo da equipa de António Costa. Foi, de resto, o caso do Conselho de Finanças Públicas que “denunciou esse artificialismo” da estratégia económica do Executivo. Governo e maioria não gostam “daqueles que dizem com independência o que se passa ao país”, rematou Pedro Passos Coelho.

### Solução para malparado sem resposta

Pedro Passos Coelho questionou o primeiro-ministro sobre a tão anunciada solução para o crédito malparado no sistema financeiro em relação ao qual António Costa garantiu, esta terça-feira, estar perto de um acordo junto das autoridades europeias.

O chefe do Governo não avançou quaisquer informações sobre a suposta solução para o malparado, de que fala há mais de um ano, limitando-se apenas a dizer que tem um calendário de reuniões com Bruxelas. O primeiro-ministro “anda a falar de uma solução há um ano e fala agora num calendário de reuniões. Pergunto o que tem mais para apresentar”, disse o líder social-democrata. Não tendo havido resposta, ficou provado “que o senhor primeiro-ministro gosta muito de fazer insinuações, mas gosta pouco de discutir o que é suscitado” no parlamento, apontou Pedro Passos Coelho.

### Primeiro-ministro faz comparações intelectualmente desonestas

O mesmo comportamento havia já acontecido no último debate quinzenal, quando António Costa insinuou que o governo anterior teria responsabilidade política nas declarações omissas relativas a transferências para “offshores” – uma acusação que o PSD repudiou de imediato. Depois da audição da diretora-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, ficou comprovado que, dessas 20 declarações, 18 já deveriam ter sido fiscalizadas durante o mandato do atual governo.

“Os senhores andaram quatro anos, depois de terem lançado o país para a bancarrota, a lançar insinuações e a fazer comparações com o que é intelectualmente desonesto. E o primeiro-ministro não pede sequer desculpa por tentar enlamear as pessoas que estiveram no seu lugar antes de o ter ocupado”, afirmou Pedro Passos Coelho.



Jantar autárquico do PSD de Ourém

# Falta de ambição do Governo prejudica o país



Quando crescer apenas 1,4% por ano, como se cresceu em 2016, e que foi até menos do que no ano anterior, é a ambição do Governo, “é caso para dizer que a ambição é muito pouca, mas talvez a arte não dê para mais”, afirmou no sábado, 11 de março, Pedro Passos Coelho. No jantar de lançamento da candidatura de Luís Albuquerque à Câmara Municipal de Ourém, Luís Albuquerque, o presidente do PSD criticou o atual governo por permitir que Portugal continue a perder oportunidades, como aconteceu no passado.

A situação que levou o país à pré-bancarota, em 2011, caracterizava-se com um afastamento da média europeia. “Os outros cresciam mais do que nós e conseguíamos atrair mais investimento e desenvolver-se mais”, explicou o líder do Partido Social Democrata, recordando que, quando se chamou a atenção para essa situação, “houve muita gente que não quis saber”.

Pela mão do Governo liderado pelo PSD, Portugal recuperou nos quatro anos que se seguiram. Como também recuperaram países que viveram situações semelhantes à portuguesa, como a Irlanda e Espanha, mas sem esquecer a evolução contrária da Grécia. Pedro Passos Coelho lembrou que aqueles que antes defendiam o caminho do Syriza, a Grécia, os que “reclamavam para Portugal as políticas de facilidade”, estão hoje calados. “Foi porque não seguimos os conselhos desses políticos que conseguimos andar em frente” e encerrar o programa de ajustamento sem pedir um novo resgate nem uma ajuda cautelar.

O que mudou entretanto? Irlanda e Espanha seguiram caminhos semelhantes ao de Portugal e são hoje economias que “crescem mais do que nós, o dobro ou o triplo do que crescemos, e que pagam pelo dinheiro que pedem emprestado a metade ou a quarta parte do que nós pagamos”, descreveu Pedro Passos Coelho. Em Espanha, notou ainda o presidente dos social-democratas, não

houve uma mudança de governo. Portugal, por sua vez, inverteu o rumo que estava a percorrer quando António Costa e a atual maioria parlamentar chegaram ao poder.

“Portugal já crescia praticamente ao nível da média europeia e, em 2016, andámos para trás e crescemos menos e tivemos menos investimento do que no ano anterior”, esclareceu o presidente do PSD, acrescentando que não há memória de um investimento do Estado em níveis tão reduzidos. De resto, um número que revela a

incoerência da maioria parlamentar, formada por partidos que, durante o mandato do governo anterior, exigiam um investimento superior. “Mas a esquerda, hoje, está satisfeita por o Estado investir menos do que quando nós estávamos no governo”.

O ano passado foi, assim, um tempo “em que perdemos oportunidades” e em que regressaram problemas que já tinham sido ultrapassados. “Nas políticas públicas – de educação, de saúde, de apoio social –, o Estado dis-





põe hoje de menos recursos do que quando estávamos no governo e é por isso que vamos tendo problemas a crescer nos hospitais e nas escolas”.

Ao mesmo tempo que cortou o investimento em políticas públicas, o Governo permitiu que Portugal desperdiçasse a política monetária favorável do Banco Central Europeu, assim como os preços mais baixos do petróleo. Em vez de utilizar essa conjuntura para acrescentar dinamismo e competitividade à economia, o Executivo de António Costa sobrecarregou o país com impostos.

“É por isso que não estamos satisfeitos com a situação que vivemos hoje na nossa terra!” Podíamos estar como a Irlanda e Espanha, com a economia a crescer e a conseguir melhores perspectivas de emprego para as pessoas (de um emprego mais qualificado). Em contrário, o que o Governo de António Costa e a sua equipa são “responsáveis por terem, como nunca tivemos no país, um número tão elevado de portugueses a ganhar o salário mínimo nacional”, rematou.

### Governo faz política insidiosa para criar distrações

“Estamos a perder oportunidades para crescer mais e melhor e, enquanto andamos distraídos com outras conversas, o governo não diz por que é que crescemos” menos do que os nossos parceiros e pagamos mais pela nossa dívida, acusou Pedro Passos Coelho, referindo-se às insinuações promovidas pelo chefe do Governo na polémica em torno das transferências para “offshores”.

“Por que é que os partidos da maioria estão sempre a fazer a sugestão insidiosa de que é o Governo o responsável pelas entidades que transferiram o dinheiro terem decidido fazê-lo, se sabem que os governos não são tidos nem achados nesses processos”, questionou Passos Coelho.

“Acho que é uma maneira de fazer política desprezível a de estar sempre a fazer sugestões insidiosas sobre os outros”, acusou o líder do PSD, acrescentando



que, “quem esta no Governo e na maioria, faz de conta que não sabe para transmitir uma falsa ideia dos problemas”. “Já sabemos que o governo não intervém nestes processos” nem diz à Autoridade Tributária (AT) para atuar “desta ou de outra maneira”. E “não acontece isso com este Governo, como não acontecia com o governo anterior ou com os outros.”

“Falo com à vontade, porque fui o primeiro, no Parlamento, a dizer que o que quer que se tenha passado tem de se esclarecer”, reafirmou ainda o presidente do partido. “Chame-se quem tiver de ser chamado”, para explicar o que decorreu, sendo que já se sabe que não cabe ao governo ser informado sobre as transferências de dinheiro para “offshores”. As comunicações em causa, lembrou o líder social-democrata, foram feitas à AT e que foi devido a um problema informático que elas não foram tratadas até terem sido detetadas, no verão de 2016. Pedro Passos Coelho desmistificou, assim, a acusação que o primeiro-ministro havia tecido: “esse dinheiro não saiu do país porque nós deixámos”, mas porque “quem o tinha quis colocá-lo noutra lado”. Deve apurar-se se, por essas transferências, foram pagos impostos devidos, notou.

Da mesma forma, a maioria e o Governo têm tentado responsabilizar o PSD pela injeção de capital destinada à Caixa Geral de Depósitos. Uma operação que existe porque “houve um tempo em que, pela Caixa Geral de Depósitos, se forneceu crédito de má qualidade”, mas “não foi no tempo em que estivemos no governo, foi antes”, lembrou o antigo primeiro-ministro. “E, hoje, aqueles que são responsáveis por práticas negativas e que nos custaram tanto, acusam-nos de não termos limpo” mais crédito malparado do sistema financeiro, além dos quase cinco mil milhões de imparidades que, na Caixa, foram tratados.

“Estamos de consciência tranquila”, defendeu Pedro Passos Coelho. O líder do PSD explicou que o partido sabe o que fez e também sabe o que é preciso fazer para pôr a economia portuguesa a crescer mais. “Sabemos o que queremos para a nossa terra e sabemos porque já o demonstrámos, quando estivemos no governo”. Mas “não temos nenhuma pressa”, afirmou, apontando que os atuais governantes têm o dever de demonstrar o que prometeram aos portugueses.

“Cá estaremos para chamar a atenção, para não embarcarmos nesta ficção que nos querem vender e para recusar leituras exageradamente simplificadoras da realidade”, sublinhou o líder da oposição.

A realidade revela, de resto, um paralelo entre Ourém e a situação no plano nacional. O presidente do PSD apontou que o concelho de Ourém e o país pararam no tempo. Mas o PSD está empenhado no combate autárquico, para que “as nossas terras possam ser melhor governadas a partir de 2017” e são “candidaturas como a do Luís Albuquerque” que reafirmarão o partido como a força política mais próxima do poder local.

“Cá continuaremos, além das autárquicas, a olhar para o nosso país e a fazer o que for preciso. A fazer política como fazemos, sem fazer demagogia e assumindo as responsabilidades, mas não ficando como se tem



ficando na maioria: com a satisfaçãozinha de que afinal isto ainda podia ser pior”, rematou Pedro Passos Coelho.

De cada vez que uma agência de “rating” não baixa a nota de Portugal, o Governo celebra, em manifesta revelação da sua falta de ambição para o país. Portugal tem, assim, “um governo que se preocupa apenas com a

sua sobrevivência, a sua popularidade, a ver se consegue agradar sem pensar no futuro e sem um projeto no médio e longo prazo”, ignorando a vontade dos portugueses de “se superarem” e de trazerem transformação para as suas empresas, alcançando “uma realidade que pode ser mais justa e com mais prosperi



Jantar-convívio das Mulheres Social Democratas em Lisboa

## Executivo governa para agradar



“Não ficava mal a quem governa, hoje, reconhecer a boa herança que recebeu, porque não a recebeu só do Governo que fomos, mas também dos sacrifícios que os portugueses fizeram”, defendeu Pedro Passos Coelho, durante um convívio com as Mulheres Social Democratas, em Lisboa, 10 de março.

O presidente do PSD lembrou o país que recebeu do último governo socialista, em 2011, e o que deixou, em 2015. Estes foram quatro anos que os portugueses conhecem e sabem “as condições em que tivemos de governar”, apontou. Da pré-bancarota herdada ao país de 2015, o Governo liderado pelo PSD conseguiu pôr a economia e a criação de emprego a crescer e o desemprego a baixar. Tudo porque, como recordou o antigo primeiro-ministro, “o país recuperou a sua credibilidade externa”. Também por isso, porque o país recuperou a sua credibilidade e a confiança dos investidores, que havia perdido em 2011, “fechámos o memorando de entendimento e não pedimos mais nenhum resgate”. “Os portugueses e os investidores externos acreditavam no que estava a ser feito”, ressaltou.

As reformas tiveram bons resultados entre 2011-2015 e a opção do atual Governo e da maioria foi reverterem-nas assim que possível, desperdiçando o sucesso das boas políticas. Da mesma forma que foi desperdiçado um quadro muito favorável à melhoria da competitividade da nossa economia, assente em dois fatores: a política



monetária do BCE, que Pedro Passos Coelho lembrou ter sido um pedido repetido várias vezes pelo Partido Socialista na oposição; e os custos mais baixos do petróleo. Como é que o Governo de António Costa desperdiçou esta conjuntura favorável? Aumentou o risco relativo a Portugal, impedindo que beneficiássemos de taxas de juro mais baixas. E sobrecarregou os produtos petrolíferos

com mais impostos, alegando que os portugueses não sentiriam alterações com a descida do custo do petróleo.

“O que aconteceu de então para cá”, desde 2015, “é muito menos positivo do que aquilo que se quer” e do que outros países europeus intervencionados conseguiram crescer, sublinhou o líder social-democrata, descrevendo as conquistas do governo de António Costa. Portugal cresceu menos do que estava a crescer (1,4% em 2016, depois de ter alcançado 1,6% em 2015).

Além do crescimento inferior ao de 2015 e muito aquém das promessas de António Costa e Mário Centeno, o presidente do PSD destacou a grande preocupação quanto ao investimento. “Um país como uma dívida muito elevada, seja pública ou privada, ou tem investimento – e, em particular, investimento direto externo – para poder aumentar a sua capacidade, os empregos e o rendimento, ou se não há investimento, não vai lá pelo consumo”. As pessoas têm uma poupança cada vez menor, apontou, o que é incompatível com uma dívida elevada. O crescimento, para Pedro Passos Coelho, deve vir do dinamismo da economia, do empreendedorismo, “de gente que arrisca”.

“Mas como este Governo governa para a sobrevivência e apara agradar, não tem uma perspetiva de médio e longo prazo, por isso aceita correr riscos mais intensamente”, apontou.

“O nosso país precisa de crescer muito mais do que está a crescer hoje, de ter muito mais investimento e de gerar muito mais emprego”. Precisamos “de ser muito mais efetivos nas medidas de combate às desigualdades económicas, sociais e de outras naturezas”, acrescentou o líder do PSD. Para isso, é necessário que quem governa tenha uma atitude reformista. “Que ouse ver mais do que sondagens a cada semana e que queira imaginar um mundo de oportunidades que mobilize os portugueses no longo prazo”, afirmou. Essa estratégia “não mora hoje, infelizmente, nem na maioria nem no Governo do PS”, mas “vejo-a na militância do PSD”, reiterou.

## Governo revela “profunda desonestidade política”

Quando confrontado com o resultado das suas escolhas, o Governo não responde e repete ilusões e mistificações. Para o presidente do PSD, trata-se de “uma indignidade por parte de quem conduziu o país à pré-bancarota, vir acusar aqueles que, no governo, limpam a casa, de ter eito muito mais do que era preciso” e de ter imposto “sacrifícios desnecessários” por “obsessão ideológica”. “Sabemos que isto é uma mistificação e uma desonestidade política”, alegou Pedro Passos Coelho.

Contudo, “vivemos um tempo muito marcado pelo artificialismo da comunicação política”, quer da maioria parlamentar, quer do governo. Ambos beneficiaram “extraordinariamente do trabalho que foi feito durante alguns anos, de recuperação económica, social e financeira do país”, tentando hoje “reescrever a história”. Mas também sobre o presente existem narrativas falsas. Governo e maioria defendem “que a situação que hoje vivemos é sólida, de forte recuperação, que só é possível porque o PSD não está no governo”, o que se trata de “uma mistificação”.

## Artificialismos do Governo atingem sistema financeiro

“Um ano e meio depois de ter assumido funções, a única parte da capitalização [da Caixa Geral de Depósitos] que fizeram foi com o dinheiro que nós lá deixámos”. É que “a ficção que se criou” no sistema financeiro revela, na verdade, que “até hoje, o Estado ainda não pôs um euro fresco dentro da Caixa Geral de Depósitos”, explicou Pedro Passos Coelho.

Foi confirmada a autorização de Bruxelas à recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, um objetivo que o Executivo de António Costa “andou todo o ano de 2016” a dizer que era “prioritário” e “indispensável”. Sabe-se agora que a recapitalização da Caixa será feita com 2,5 mil milhões de euros. “As pessoas perguntam: porquê tanto dinheiro?”, questionou Pedro Passos Coelho, antes de explicar a estratégia do Governo. Ou seja, insistir que os problemas que o governo anterior deixou, na CGD, eram avultados, motivo para agora as necessidades de capital serem igualmente grandes. E acrescentam que “o anterior governo andou a esconder toda a situação no sistema financeiro”.

Pedro Passos Coelho desconstruiu essa mesma estratégia, lembrando que a situação do sistema financeiro a que o atual governo e parceiros se referem, foi a mesma herdada em 2011, como resultado da ação do último executivo socialista. “Dá-se então uma coisa extraordinária, que é os socialistas hoje culparem-nos de não termos limpo mais imparidades, daquilo que foram os anos de gestão socialista!”

“Quando é que o crédito em risco [da CGD] foi gerado? Foi antes de o PSD ter chegado ao Governo”, o que é “a primeira coisa que os portugueses precisam de ouvir” face ao montante da recapitalização.

Pedro Passos Coelho fez ainda o historial do que aconteceu, nos últimos anos, no sistema financeiro, recordando que durante o seu mandato, a CGD reconheceu



quase cinco mil milhões de euros de imparidades por crédito com risco, que foi atribuído na gestão anterior, de 2011. Perante os 20 mil milhões de euros em imparidades que existiam então no sistema financeiro, o líder social-democrata perguntou à audiência se seria intenção dos socialistas que “tivéssemos reconhecido as imparidades todas que eles geraram quando foram governo”. Queriam que “impuséssemos aos portugueses ainda mais sacrifícios, pelo financiamento dos bancos?” “A acusação do Partido Socialista é completamente inconsistente e factualmente desonesta”, acrescentou.

## Governo faz “política rasteira e demagógica”

De todas as acusações insidiosas que o governo e a maioria têm proferido, destaca-se a que se refere à polémica dos paraísos fiscais. “Entenderam acusar o PSD, os membros do governo anterior e o então primeiro-ministro de deixarem sair pela porta do cavalo dez mil milhões de euros, de Portugal, sem pagarem impostos, para paraísos fiscais. A acusação insidiosa de que deixámos sair o dinheiro, de uma montanha de impostos que não foi cobrada, é uma acusação que além de desonesta revela uma maneira de fazer política que é rasteira e demagógica”, criticou.

“Nós, na altura, reagimos como quem não deve tem de reagir, dizendo que era preciso apurar tudo, investigar tudo, apurar todas as responsabilidades”. Entre o que já se conhece, ficaram desmistificadas as acusações infundadas dos responsáveis da maioria e do governo. Que não foi o facto de não se terem publicado as estatísticas que impediu que elas se fizessem.

“Que a grande maioria dos valores que estavam comunicados à Autoridade Tributária [AT], por razões relacionadas com o sistema informativo, não foram detetadas”, enumerou ainda o presidente dos social-democratas.

Que nem foi o Governo que identificou o erro, mas a própria AT, quando levou a cabo uma alteração informática, sendo que as estatísticas publicadas pelo atual executivo mantinham esse mesmo erro.

E que a “maior parte das comunicações que foram feitas à AT, deviam ter sido tratadas já no tempo do novo governo e não no do governo anterior”.

“De uma assentada, portanto, ficámos a saber que no nosso tempo não deixámos sair dinheiro nenhum”, das declarações em causa, e que essa “acusação insidiosa” revela “uma maneira de fazer política que é rasteira e demagógica”. E “depois espantam-se que nos possamos reagir mal. Claro que reagimos mal, porque não gosta-





mos de ver quem está no governo a comportar se como se fosse um provocador.” Para o líder, “é a isto que se chama populismo, demagogia, atirar areia para os olhos das pessoas.”

Esta “nunca foi a nossa forma de fazer política e tenho a certeza de que nunca será a forma de fazer política do PSD”, disse ainda Pedro Passos Coelho.

Mas quando alguém denuncia estas situações, o governo e a maioria reagem mal. Se for no plano partidário, “fazem acusações desonestas”. Se as críticas surgirem de entidades independentes, “então o tom de voz sobre e procura-se atacar essa independência, mostrando uma total intolerância e desrespeito pelo funcionamento de mecanismos básicos de uma sociedade democrática”

Tem sido assim quanto ao Conselho de Finanças Públicas. O presidente do PSD lembrou que este organismo foi criado por sua iniciativa, como exigência ao então primeiro-ministro socialista, José Sócrates, e já concretizado durante o seu mandato.

“Quando se discutia o pacote de austeridade que o governo de José Sócrates precisava de aprovar no Parlamento, e não tinha votos para isso, o PSD exigiu em troca algumas coisas: que o Estado gastasse menos, para não ter de cobrar tantos impostos; que as contas públicas fossem mais transparentes, exigindo portanto a criação de uma entidade que pudesse fiscalizá-las; e que se fizesse bem as contas às PPP.”

Além disso, garantiu que a nomeação dos responsáveis deste órgão fosse deixada nas mãos do governador do Banco de Portugal e do presidente do Tribunal de Contas, assegurando a independência desse processo. Foi inclusivamente escolhida, pela sua competência técnica, uma pessoa que não tinha reconhecidamente simpatia pelo PSD, lembrou.

Os mesmos princípios foram mantidos na criação da CReSAP, para a nomeação de gestores públicos. A liderança deste organismo foi até deixada à consideração da oposição, do então líder do PS, como forma de assegurar a independência presente e futura da CReSAP.



Mas o atual governo lida mal com a independência dessas instituições. “Vai uma diferença imensa” na forma como o PSD olha para o Estado e as instituições, rematou Pedro Passos Coelho.

Perante algumas centenas de mulheres, Passos Coelho disse que estaria disponível para subscrever uma proposta de alteração estatutária que introduzisse um sistema de quotas – como o que vigora nas listas eleitorais – nos órgãos internos do PSD, frisando que dos seus seis vice-presidentes quatro já são mulheres. Duas delas,

Teresa Leal Coelho e Teresa Morais, estiveram na mesa de honra de Passos Coelho, ao lado de duas das três mulheres homenageadas neste jantar, as fundadoras do PSD Conceição Monteiro e Virgínia Estorninho. A terceira homenageada, a título póstumo, foi a antiga deputada Odete Silva, falecida há um ano. Muito aplaudida, Conceição Monteiro, militante número dois do PSD e que foi secretária do antigo líder Francisco Sá Carneiro, disse que o partido “foi como um filho” que não teve.

XIII Jornadas de Contabilidade: Desafios de 2017, na Guarda

# Portugal precisa de finanças públicas sustentáveis



Luís Albuquerque considerou que o desafio do país passa por ter “finanças públicas sustentáveis” e alertou que o Banco Central Europeu (BCE) vai acabar com as taxas de juro baixas. “Ter finanças públicas sustentáveis é fundamental. Nós não podemos esgotar os recursos técnicos, políticos, toda a discussão do país em torno do défice e da dívida. Nós temos é de resolver esse problema em definitivo para podermos focar-nos em outras matérias e discutir outros assuntos”, afirmou a ex-ministra na Guarda.

Maria Luís Albuquerque falava dia 9, nas XIII Jornadas de Contabilidade: Desafios de 2017, organizadas pelo Núcleo de Contabilidade da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, tendo sido escutada por mais de uma centena de alunos e de professores.

“Se não controlarmos as finanças públicas, tudo o resto vai correr mal. As finanças públicas correrem mal deitam por terra todos os esforços de crescimento do país noutras áreas, porque quando não há dinheiro para o Serviço Nacional de Saúde, para pagar as pensões, para pagar os salários, para pôr as escolas a funcionar, todos os outros esforços que se tenham feito para promover o crescimento são em vão e entramos novamente numa crise”, observou.

Por isso, na opinião da deputada e vice-presidente do PSD, as finanças públicas são tão importantes: “Elas não são suficientes para garantir o crescimento económico, mas são seguramente suficientes para o impedir quando correm mal, daí a importância da matéria”.

Maria Luís Albuquerque também alertou a plateia para o facto de o Banco Central Europeu (BCE) ir acabar com as taxas de juro baixas.



“Aquilo que o BCE está a fazer com as taxas de juro baixas é comprar tempo. O BCE o que está a dizer é: olhem, eu mantenho os custos aqui baixos e controlados para vocês fazerem as reformas estruturais e porem a casa em ordem. E o BCE faz isso, mas do outro lado, reformas estruturais e casa em ordem, a coisa não tem corrido bem”.

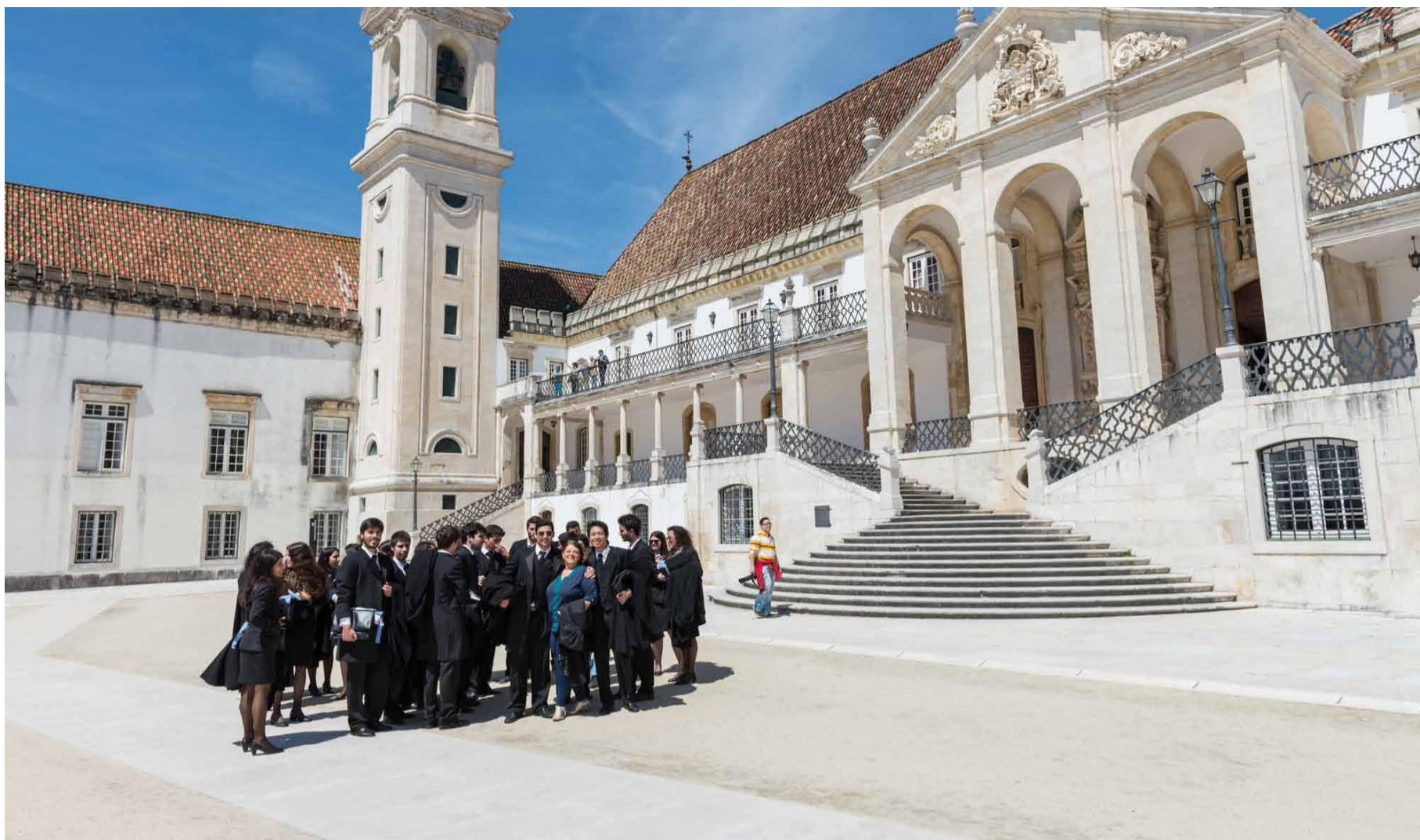
Segundo a ex-ministra das Finanças, “vai chegar o momento em que o BCE vai dizer: olha, agora já não posso mais’. Ele está próximo. A taxa de inflação já está a subir”.

“E, portanto, o BCE vai deixar de ter razões, argumentos, fundamentos, para manter as taxas de juro tão

baixas. Quem pôs a casa em ordem quem foi formiga e se preparou para o que vem a seguir, estará bem, quem foi cigarra, fica com a memória dos tempos em que andou a cantar, mas vai passar outra vez por grandes dificuldades e essa é a preocupação”, afirmou.

A arquitetura institucional da área do Euro “devia de ter capacidade de dar uma resposta diferente” ao problema.

Maria Luís Albuquerque, que falou durante cerca de uma hora, entre a intervenção de fundo e um período de respostas a questões colocadas por professores e alunos, reconheceu que a crise económica teve consequências, mas o problema do país “é muito mais vasto”.



## Melhorar as condições para os estudantes

Para reduzir o abandono escolar entre os alunos do ensino superior, o PSD apresentou, esta sexta-feira, um projeto de resolução que recomenda ao Governo recuperar o programa “Retomar”, melhores condições aos trabalhadores-estudantes, combater o absentismo e o fraco aproveitamento escolar. Também Duarte Marques rotulou a esquerda como “hipócrita” por agora não exigir o fim das propinas.

Este projeto tem na sua base a preocupação que o PSD atribui aos estudantes e às famílias, de acordo com a deputada Margarida Balseiro Lopes. “Acreditamos na elevação dos níveis socioeducativos dos portugueses. E porque temos a mais firme convicção que é melhorando a vida de cada português que melhoramos a vida de Portugal”.

O diploma foi apresentado após um longo processo de ponderação: “Enviámos requerimentos às instituições de ensino superior; ouvimos as associações e federações académicas; estudámos o problema, debatemos soluções e apresentámos o presente diploma. O ensino superior, e em particular, a garantia de condições de frequência deste nível de ensino, é uma área na qual o PSD tem provas dadas, seja no governo, seja na oposição”, refere Margarida Balseiro Lopes. “Continuamos a acreditar na educação como a melhor via para que as pessoas, o fim último da nossa ação política, saiam do ciclo vicioso de pobreza e sejam o exemplo da mobilidade social que o PSD defende. O combate ao abandono escolar é fundamental para o alargamento da base social com formação superior e para o aumento do nível médio da qualificação dos portugueses”.

O objetivo do projeto de resolução passa por recuperar o programa ‘Retomar’, para promover o reingresso no Ensino Superior e aumentar o número de estudantes bolsi-ros. Entre outros pontos, o projeto pretende desenvolver uma estratégia para permitir aos trabalhadores-estudantes uma melhor compatibilização da vida profissional com as exigências académicas. Por último, aprofundar os mecanismos de alerta para indicadores de potencial abandono, como o absentismo, o fraco aproveitamento escolar, o não pagamento atempado de propinas, entre outros, assegurando uma adequada articulação entre os serviços de ação social e os serviços académicos.

Um grupo de trabalho formado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas concluiu, em 2013, que esta situação tem “vários fatores na sua génese: questões de ordem vocacional, dificuldades em corresponder ao grau de exigência da formação superior, dificuldades de gestão de tempo/carga horária (especialmente no caso dos mestrados), desmotivação gerada por expectativas goradas, défices de formação de base, perceção de dificuldade de empregabilidade em algumas áreas, dificuldades económicas, entrada no mercado de trabalho, entre outras”. O resultado de todos estes fatores é a frustração, o desalento e, em muitos casos, o abandono.

O Parlamento acabou por aprovar, por unanimidade, um requerimento apresentado pelo PSD, para que cada um dos projetos de resolução apresentados pelos partidos, sobre o combate abandono escolar no ensino superior, baixasse às comissões competentes, por um período de 30 dias.

### Fim das propinas é “slogan” da esquerda hipócrita

Relativamente à questão do pagamento de propinas no ensino superior, o deputado do PSD Duarte Marques criticou a incoerência das bancadas da esquerda, sobretudo aqueles que andam na rua a proferir mensagens contra as propinas e agora, que estão no poder, nada fazem. “Em matéria de ação social escolar, para alguns partidos, os estudantes, a luta contra as propinas e por mais direitos para os estudantes não passam de um ‘slogan’. Mas não podem seguir o Governo de manhã e ser oposição durante a tarde”, frisou Duarte Marques.

Tanto o BE como o PCP apresentam, há mais de duas décadas, projetos-leis para acabar com as propinas. “Já tiveram oportunidade de acabar com as propinas, já tiveram de votar dois Orçamentos do Estado que negociaram. Se não colocaram o fim das propinas foi porque não quiseram. Isso é uma hipocrisia. Andam na rua contra as propinas, chegam aqui e já não são contra.”

A bancada do PS comporta-se igualmente de forma irresponsável e demagógica. “O Partido Socialista não é melhor. O PS vai para as universidades, debates e conferências e diz que é pelo fim das propinas, mas depois não dão a cara”, especificou o deputado.

Duarte Marques lembrou que, graças ao governo de Pedro Passos Coelho, há mais cinco mil estudantes a receber bolsa em 2016, a bolsa média paga aos estudantes aumentou 200 euros, acrescentou-se um mês no suplemento de bolsa para residências e os dias de pagamento em atraso foram reduzidos.

# Portugueses vão pagar municipalização da Carris

“Para nós o poder local é muito importante”, salientou o deputado Carlos Silva esta quarta-feira, em audição parlamentar, acusando o ministro do Ambiente de discriminar o poder local ao favorecer a Câmara de Lisboa em detrimento de outros municípios.

Ao defender que o poder local deve ser tratado de forma igual, o deputado do PSD perguntou ao ministro se “os restantes municípios têm direito aos descontos que a Câmara Municipal de Lisboa vai fazer”, referindo-se à municipalização da Carris. “O senhor ministro vai ficar, para a história, ligado a jogadas por baixo da mesa”, acusou, questionando uma vez mais se Lisboa é cidade “de primeira” e as restantes “de segunda”. “Disse neste Parlamento que este projeto político não era partidário. É um projeto partidário desta geringonça e com a participação e apoio do BE e do PCP”, denunciou ainda Carlos Silva.

Para o deputado, a municipalização da Carris é “a proposta mais centralizadora da história democrática” e quem mais precisa, e recorre aos transportes públicos, não beneficia das medidas apresentadas pelo Governo. “Porque é que têm de ser os portugueses, em geral, a suportar as baixas tarifas, a ineficiência dos transportes em Lisboa e Porto?”, perguntou o deputado do PSD. “No anterior modelo [executado pelo governo liderado pelo PSD] não acontecia isto, os concessionários assumiam os riscos e os preços estavam limitados ao preço e ao valor da inflação”, comentou o deputado para acrescentar ainda uma última questão: “serviço público garantido como?”.



## PSD promoveu sustentabilidade dos transportes

Carlos Silva recordou que, “quando o anterior governo tomou posse, estava perante um quadro negro de finanças públicas”. Esta afirmação surgiu na sequência de críticas que o ministro João Matos Fernandes tem dirigido ao executivo, então liderado por Pedro Passos Coelho no que se refere, em concreto, às medidas adotadas no setor dos transportes públicos.

“Escusa o senhor ministro dizer que o anterior governo não fez nada. Já lhe conheço essa argumentação”, reforçou Carlos Silva, lembrando que a “dívida insustentável do setor dos transportes ascendia a 17 mil milhões de euros”. O cenário era constituído por “empresas descapitalizadas, sem acesso a financiamento”, o que motivou o anterior governo a “pôr em prática um plano estratégico, no sentido de reestruturar e criar sustentabilidade”. De acordo com o deputado, as medidas do anterior executivo resultaram, por exemplo, em “mais autonomia”, “menos carga fiscal para os portugueses” e num “serviço bem prestado”.

“Nós tínhamos um modelo e esse modelo era sustentável”, lembrou Carlos Silva para quem a posição do atual Governo é, marcadamente, distinta. “Não me parece que seja esta a vossa posição ideológica”, criticou, acrescentando que “para vós, o que é público tem de ser gerido pelo Estado”.

## Acompanhe-nos no dia-a-dia...

Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e Intervenções políticas

Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas

O dia-a-dia da atividade  
do PSD

Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras

# Governo deve garantir que desleixo na segurança não se repete

O desleixo manifestado no desaparecimento de mais de 50 armas de um armazém da Polícia de Segurança Pública (PSP) não pode repetir-se, exigiu o PSD esta terça-feira. O perigo para a segurança pública foi destacado por Fernando Negrão, deputado social-democrata, durante a audição a Constança Urbano de Sousa, ministra da Administração Interna, cuja presença no Parlamento tinha sido pedida pelo PSD, para prestar esclarecimentos.

Perante a ministra, o PSD quis saber por que razão não houve um esclarecimento público quando saiu a primeira notícia sobre a apreensão de uma arma da PSP, querendo também averiguar porque é que o Ministério só deu conta do sucedido muitos dias depois.

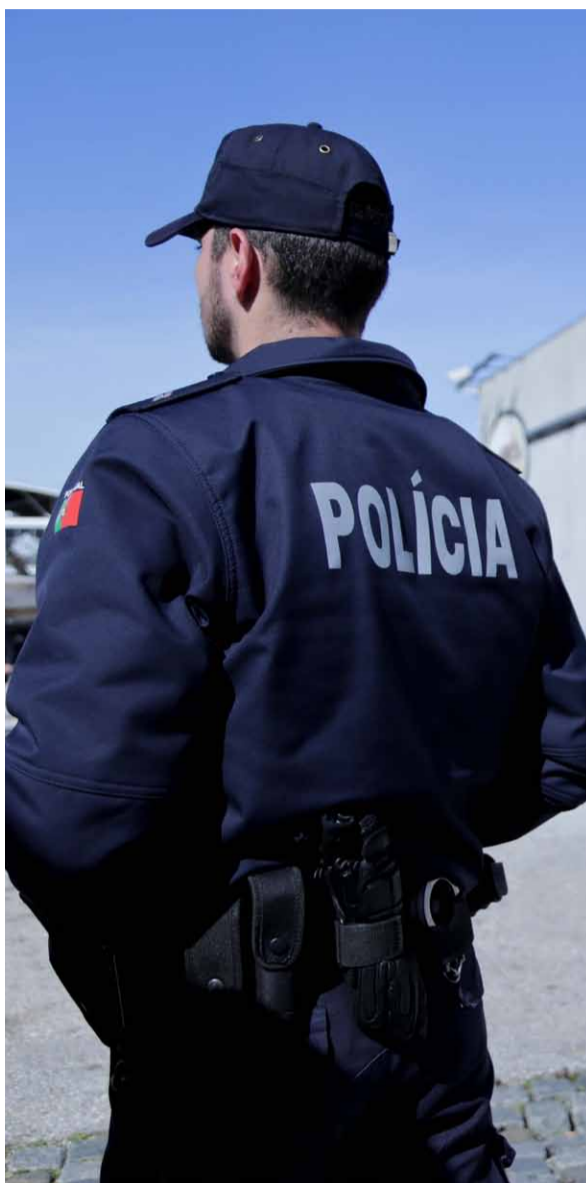
Fernando Negrão questionou ainda a ministra sobre o motivo pelo qual estavam 57 Glockes no armazém da Direção Nacional da PSP e não distribuídas pelos agentes.

O PSD quis saber o que explica o facto de as armas terem sido encontradas em Ceuta e não no espaço europeu, averiguando se estaremos perante uma rede de tráfico internacional de armas.

Os social-democratas querem, ainda, saber quantas vezes por ano são feitos inventários às armas da PSP, e se o número atual é suficiente.

“Quais os factos que levaram ao levantamento de processos disciplinares a dois agentes da PSP? Qual era a sua qualidade funcional?”, questionou o social-democrata.

“Tudo pode ter que ver com organização no interior da PSP. Estamos a falar do desaparecimento de 57 armas. O PSD não pode deixar de chamar a atenção para esta que é uma questão de enorme gravidade”, afirmou Fernando Negrão. “Podemos estar perante um problema de segurança nacional. Não sabemos se noutros armazéns não poderão ter desaparecido outras armas. Não estou a criar alarme, estou a dizer que as questões devem ser equacionadas.”



## PSD questiona ministra sobre segurança

Luís Marques Guedes questionou a ministra da Administração Interna sobre quantos agentes das forças de segurança, entre PSP e GNR, foram libertos no âmbito do plano de externalização, uma medida que tem vindo a ser anunciada desde o final do verão.

O deputado do PSD abordou, também, o clima de violência associado ao futebol, para perguntar “que iniciativas é que alguém com responsabilidade política está a pensar tomar”. O parlamentar lembrou que, no passado e em situação de “picos de problemas”, o governo realizou reuniões com responsáveis desportivos a fim “de se tomarem iniciativas para baixar o nível de ameaça e de violência”. Para Luís Marques Guedes, não se trata de um “assunto menor”.

Partindo do princípio de que a fuga de dois argelinos, recentemente registada, não se trata de um “problema exclusivo de Portugal”, o deputado questionou a ministra sobre que “iniciativas é que as autoridades portuguesas fizeram com congéneres da orla Sul para perceber o que é que se tem feito?”.

O cálculo das reformas dos agentes de segurança também mereceu atenção por parte do PSD, sobretudo na sequência de “notícias que têm vindo a público” indicando aparentes falhas num decreto-lei recentemente aprovado pelo Governo. Para Luís Marques Guedes urge perceber se está a acontecer desigualdade de tratamento e, a acontecer, qual é a causa.

Luís Marques Guedes terminou a sua intervenção referindo-se à renovação online das cartas de condução. Para o social-democrata o site é de uma “hostilidade óbvia” e torna “frustrante qualquer tentativa” de renovação. Sendo que “foi anunciado com pompa e circunstância”, o PSD pretende saber se “já há renovações feitas através daquele sistema”.

# Falta de médicos deixa milhares sem saúde

Atrasos no pagamento a profissionais de Saúde, populações em Abrantes e no Alentejo sem acesso à saúde, durante vários dias porque o Estado não pagou contas, foram as queixas apresentadas aos deputados do PSD, eleitos por Santarém. O PSD exige ao Governo que preste esclarecimentos sobre as situações que estão a afetar a prestação de cuidados médicos em algumas zonas do País.

Numa visita ao concelho de Abrantes, os deputados ouviram protestos pela existência de atrasos nos pagamentos a profissionais de saúde, “levando a que pelo menos um deles tenha suspenso temporariamente as consultas e a sua atividade”, pode ler-se no requerimento dirigido ao Ministério da Saúde.

Esta situação é extremamente grave porque há toda uma comunidade que ficou sem acesso a cuidados de saúde primários durante vários dias”, alerta o PSD. “Mais de mil cidadãos ficaram temporariamente sem médico de família, não por haver escassez de médicos, mas porque o Estado não cumpriu as suas obrigações”, denuncia o partido.

Os deputados esperam respostas a duas perguntas: “tem conhecimento de que o médico que prestava serviço na freguesia de Alvega e Pego, concelho de Abrantes, suspendeu a sua atividade por falta de pagamento do Ministério da Saúde?” e “que medidas tem o Ministério da Saúde preparadas para garantir que situações como esta não se voltarão a repetir?”



## Alentejo: Como o Governo pretende combater a falta de profissionais?

Os hospitais e centros de saúde do Alentejo debatem-se com a falta de médicos de várias especialidades: anestesia, ginecologia, oncologia, pneumologia, radiologia ou reumatologia.

De acordo com o PSD, “é difícil atrair médicos para o Alentejo e para todo o interior do país”, devido a “condições de trabalho nem sempre atrativas, instalações muitas vezes degradadas, equipamentos obsoletos ou em falta e sobrecarga de trabalho”.

Tendo conhecimento de que a ARS Alentejo “tem aberto sistematicamente concursos para médicos de diferentes especialidades, mas quase sempre sem quaisquer resultados práticos” e de que “os concursos acabam quase sempre vazios”, os sociais-democratas questionam, assim, o ministro da Saúde sobre que medidas pretende o Governo “adotar para fazer face” à escassez de profissionais registada.

# Combate à evasão fiscal é uma prioridade

Regras anti-abuso, programa e-fatura, controlo de bens com faturas e recrutamento de centenas de inspetores no Fisco são os exemplos na luta à fuga e fraude.

Regras anti-abuso no planeamento fiscal, programa e-fatura, aumentos dos prazos de caducidade, cruzamento de informação, controlo eletrónico de bens em circulação, agravamento de penas por crimes fiscais, reforço de equipas de inspeção estão entre as medidas para combater a fuga e evasão fiscal que o governo liderado por Pedro Passos Coelho assumiu como prioridade da política fiscal, nos planos estratégicos para os triénios de 2012-2014 e 2015-2017.

O Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais para 2012 e 2014 foi considerado eficaz. Promoveu maior equidade fiscal no esforço coletivo de consolidação orçamental, através da adoção de cerca de 100 medidas nos âmbitos criminal, legislativo e operacional. O governo assinalou três áreas importantes (“enquadramento legal”, “reforço operacional e processual” e “reforma da faturação”), permitindo assim à Autoridade Tributária (AT) ter mecanismos de cruzamento de informação. Esta reforma acabou por superar as expectativas na receita fiscal e tendo registado uma grande adesão por parte da sociedade.

## Enquadramento legal

No que se refere ao “enquadramento legal” foram tomadas medidas como: flexibilização de regras de utilização da cláusula geral anti-abuso; extensão dos prazos de caducidade e dos prazos de prescrição para rendimentos não-declarados obtidos em países e territórios sujeitos a regime fiscal privilegiado; agravamento do quadro penal existente para as infrações tributárias, com aumento das molduras penais dos crimes fiscais mais graves; agravamento das coimas em contraordenações fiscais e contagem de juros de mora até ao pagamento da dívida fiscal.

## Reforço operacional e processual

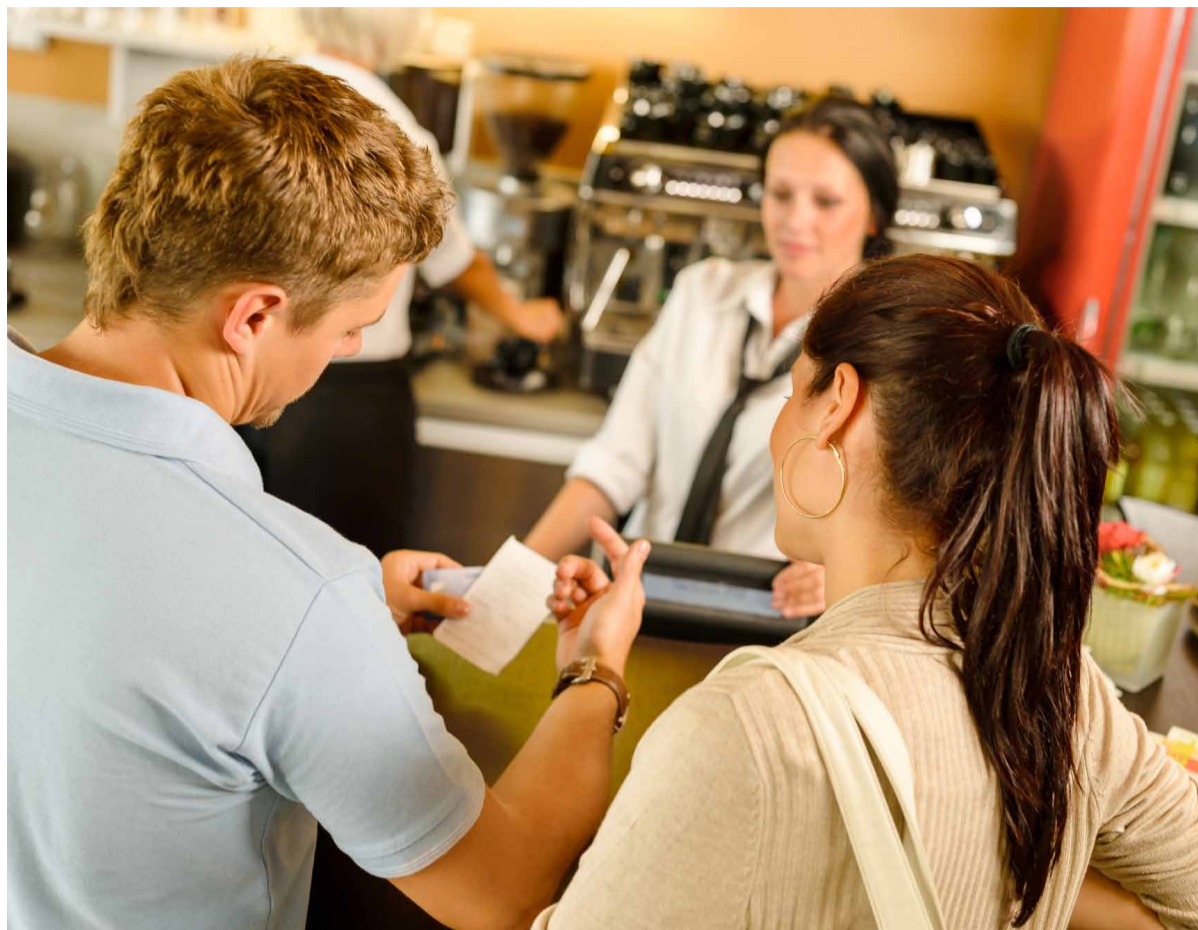
Quanto ao “reforço operacional e processual”, destaque para: reforço do número de efetivos das equipas de inspeção tributária; criação da Direção de Serviços de Gestão de Risco; aumento do controlo do cumprimento das obrigações de retenção na fonte em sede de IRS, com ênfase na troca de informações entre Autoridade Tributária (AT) e Segurança Social; obrigatoriedade de utilização de programas de faturação certificados; fortalecimento de mecanismos de troca de informação entre Estados (neste caso Suíça, Luxemburgo, Hong Kong ou Singapura) no âmbito da fraude de elevada complexidade.

## Reforma da faturação

A “reforma da faturação” entrou em vigor em janeiro de 2013 com o objetivo de combater a economia paralela, assim como a subfaturação, através de iniciativas como: obrigatoriedade de fatura em todos os setores; comunicação eletrónica à AT de dados de faturas emitidas; desenvolvimento de incentivo fiscal em sede de IRS; controlo eletrónico de bens em circulação, uma ferramenta que cruza a existência de bens em transporte com as respetivas faturas e que ajudou a minorar índice de evasão fiscal.

## Triénio 2015-2017

O Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras para 2015-2017 surge na sequência do trabalho desenvolvido no triénio anterior, marcando assim a “abertura de uma nova era no combate à economia paralela e à evasão fiscais e aduaneiras”. Este plano incide sobre o “papel da cidadania” (em que o cidadão deveria assumir como missão sua o combate à evasão e à fraude) e a “antecipação da intervenção da administração fiscal”.



Para o efeito foram apresentadas 40 medidas que, tendo como ponto de partida o cruzamento de informação, se organizavam em cinco domínios, nomeadamente: controlo da obrigação de emissão e comunicação de faturas; controlo das obrigações em sede do IVA; controlo das obrigações de entrega de retenções na fonte e medidas de controlo transversais.

respeito pelo cumprimento das obrigações fiscais nos Estados-membros”, disse então Maria Luís Albuquerque. A vice-presidente e deputada social-democrata manifestou ainda que a troca de informação entre países da União Europeia é importante para “seguir o rasto do dinheiro para verificar a sua origem e proveniência e [verificar] se está a cumprir com as disposições legais”.

## PSD recomendou aumento do controlo

Em maio de 2016, o PSD apresentou um projeto de resolução através do qual recomendava iniciativas legislativas de aumento do controlo de transações financeiras entre a União Europeia e paraísos fiscais e a troca de informações. “Não queremos impedir a circulação de capitais, o que queremos é que ela seja feita no pleno

## Governo está comprometido com o combate?

O PSD questionou o atual Governo se está “verdadeiramente comprometido com o combate à fraude e à evasão fiscais”. As medidas até hoje anunciadas pelo Executivo parecem insuficientes, considerando sobretudo a posição sempre assumida pelos partidos que o sustentam no Parlamento.

# Alargamento do programa Porta 65



O PSD propõe que os jovens com idades até aos 35 anos possam apresentar candidaturas ao programa Porta 65. Atualmente, apenas podem fazê-lo jovens até aos 30 anos.

Para o Partido Social Democrata, as regras atuais não satisfazem as carências dos jovens. No que diz respeito aos casais, a tal limite deverão acrescer mais dois anos - como sucede atualmente -, e ser considerados os 37 anos de idade.

De acordo com a proposta social-democrata, o alargamento dos beneficiários é imprescindível. Assim, o próximo Orçamento do Estado deve contemplar o reforço da dotação do programa para, pelo menos, 18 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 50% face ao montante orçamentado em 2016.

# Centenas de chamadas ficam por atender pelo INEM

A Comissão de Saúde reuniu na sequência de requerimento apresentado pelo PSD para “obter novos esclarecimentos sobre a situação atualmente existente no INEM”. Em causa está a indicação de que o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) não está a conseguir responder a centenas de chamadas que recebe por dia.

Para o deputado Miguel Santos, trata-se de uma situação grave, pois há registo por exemplo de cerca de 1.400 chamadas por atender num só dia. Depois de ter ouvido o presidente do INEM a justificar esta dificuldade de atendimento com o pico de gripe ou com o aumento do número de chamadas, o PSD entendeu ser necessário ouvir outros organismos envolvidos. “A informação que obtivemos é de que os tempos de atendimento no INEM estão a derrapar, ao contrário daquilo que o presidente do INEM afirmou, de que estavam a recuperar”, afirmou.

O PSD manifesta, assim, a sua preocupação com o “derrapar dos tempos de atendimento” e com “o número muito grande de chamadas que não são atendidas diariamente”. O deputado disse, na comissão, existir “um acumular de deficiências no INEM: falta de meios e de recursos”. Para os sociais-democratas, trata-se de “falta de organização interna e de estratégia”. “O que vamos recolhendo é que os CODU não têm trabalhadores, o número de funcionários que deveriam estar por turno é muito maior do que os que estão”, denunciou Miguel Santos. A situação é agravada “pela imposição das 35 horas” e pelo “cansaço por parte dos técnicos que têm sido chamados a fazer horas extraordinárias que não estarão a ser pagas atempadamente ou na totalidade”.

De acordo com o PSD, as chamadas não atendidas por dia podem ser “a consequência de falta de operacionais e não de períodos específicos do ano”, situação esta que se pode vir a agravar no período de férias. Segundo Miguel Santos, o sistema de “call-back”, que permite ligar para uma chamada perdida, não está a conseguir recuperar nem um terço das chamadas não atendidas.



# Pela universalização dos direitos das mulheres



Apesar da elevada presença e superior qualificação feminina no mercado de trabalho, quando comparada com os homens, “a diferença salarial entre homens e mulheres é um problema que persiste e resiste”, afirmou Ângela Guerra, deputada do PSD, ao assinalar o Dia Internacional da Mulher, esta quarta-feira.

As mulheres, em 2014, recebiam, em média, menos 164 euros do que os homens, de acordo com o “Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional - 2015”, citou Ângela Guerra, recordando as iniciativas apresentadas pelo PSD, na semana passada, com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres.

No projeto de resolução, o PSD recomenda que o Governo publique no “site” da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) uma lista das empresas que pratiquem desigualdades salariais “sem justificação objetiva” e que intensifique ações de fiscalização nas empresas para detetar “diferenças salariais injustificadas”.

O PSD pretende que o Executivo elabore relatórios sobre diferenças salariais por ramo de atividade e o desenvolvimento de medidas para a contratação e promoção de estágios profissionais sem segregação sexual.

Outra das medidas propostas pelos social-democratas é pedir que a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) intensifique ações de fiscalização para detetar diferenças salariais injustificadas.

“Para lá das comemorações a 8 de março, há ainda um imenso trabalho para fazer e um longo caminho por percorrer. Mas, porventura, a mais importante tarefa é que culturalmente se ponha em prática e se assumam as leis que já existem e que se continuarão a fazer, em nome do equilíbrio de género e da universalização dos direitos de cada uma e de todas as mulheres”, sublinhou a deputada.

# Governo quer controlar supervisão bancária



O Executivo insiste em controlar instituições, como o Banco de Portugal. O Partido Socialista confirma ter dois rostos, muita conversa e pouca capacidade de resolução.

O PSD defendeu, esta quinta-feira, que “a supervisão bancária deve ser discutida e pode ser melhorada”. Contudo, “não pode é fazer-se disso um pretexto para atacar a independência das instituições e dos reguladores”, esclareceu o deputado social-democrata António Leitão Amaro.

Para o social-democrata, “qualidade e independência da supervisão bancária são essenciais para um país pequeno, como Portugal, que precisa de separar o risco bancário do risco soberano” e, assim, garantir a estabilidade do sistema.

António Leitão Amaro destacou que “quaisquer reformas têm de garantir três premissas”: “a preservação e o reforço da independência da instituição e da supervisão”; “as alterações não podem permitir e causar uma fragmentação da, ainda escassa, capacidade instalada e da massa crítica que existe nos reguladores”; “não podem causar tão elevados custos de transição que perturbariam a estabilização do sistema financeiro”.

Como partido reformista, o PSD apresentou algumas sugestões para contribuir para a melhoria da supervisão financeira, em linha com o que vinha já defendendo nos últimos anos, tanto em Portugal como no plano comunitário. Referiu-se, por exemplo, ao completar da união bancária, à supervisão comportamental centrada numa entidade, ao reforço da partilha de informações e do papel da estrutura de coordenação nacional, ao

controlo do sistema de incentivos de gestores bancários, ao limitar dos conflitos de interesses.

O deputado questionou a câmara: “Não se preocupa quando vê o Governo num jogo em que exorbita os seus poderes, quando vê o governador vir publicamente clamar por independência, quando vemos o Partido Socialista, o seu presidente, a atacar descabeladamente o Banco de Portugal, o seu governador, como fazem com tudo o que é instituições independentes que não alinham na sua propaganda”.

Para o PSD, é fundamental que não se aceite “esta tentativa de violar, de atacar a independência fundamental das instituições e dos supervisores”.

## “Vontade indomável de ocupar” tudo

Também Carlos Abreu Amorim diz ser “impossível conceber uma democracia sem a presença de entidades reguladoras e independentes”. Lembrou que regulação e fiscalização são próprias “de sociedades livres e abertas”, disse, perguntando: “será que em Portugal há ou não há, por parte da atual maioria parlamentar, uma intenção de voltar aos tempos da intervenção direta em todos os setores?”.

O deputado social-democrata Carlos Abreu Amorim referiu-se a uma posição, marcadamente, contraditória do Partido Socialista: se, por um lado, “apoia a regulação”, por outro “jura o contrário quando fala enquanto

grupo parlamentar”. O “Partido Socialista não pode ter um rosto com duas faces, uma em que se afirma pró, e outra em que, sorrindo, não aceita a independência dessas entidades”. “Não é possível salvaguardar a independência quando abalroam a dignidade e fazem ‘bullying’ em tom prepotente”, acusa o social-democrata, referindo-se a uma postura marcadamente “contra o mercado livre” e a uma “vontade indomável de ocupar todos os espaços de poder”.

## Governo: muita conversa, poucas resoluções

O deputado Duarte Pacheco acusou o ministro da Economia de defender “a subordinação política dos reguladores e dos supervisores”. “Não acredita na independência face ao poder político”, acrescentou, dizendo ser “inaceitável”. Recordou “uma frase já antiga: quem se meter com a gerigonça leva”, para tentar justificar a posição de um Governo que tem feito “tantas promessas”. Diz o social-democrata que “conversa há muita, resolução de problemas há muito pouca”.

Duarte Pacheco recordou que, quando o executivo liderado por Pedro Passos Coelho tomou posse, herdou “um sistema financeiro à beira do coma” resultado de “decisões erradas de muitos anos”. Deixou uma pergunta “para perceber onde é que esses desmandos aconteceram”: “quem é que esteve maioritariamente no poder na primeira década” do século XXI.



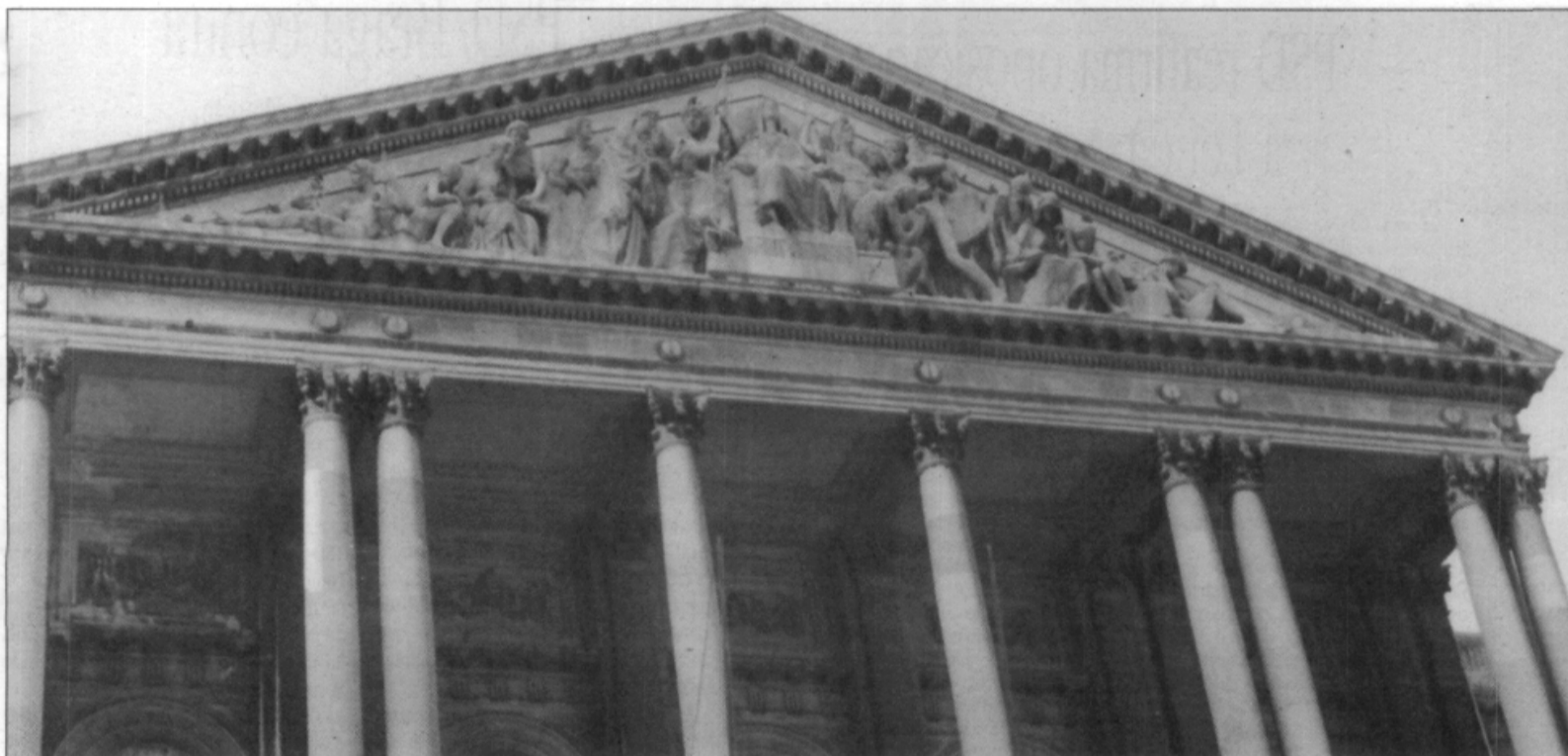


# povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1060 • 13 MARÇO 1996 • PREÇO 100\$00

## Orçamento do desencanto interrompe modernização



No debate na generalidade do Orçamento de Estado para 1996, na Assembleia da República, o PSD tornou patente, perante os portugueses, a demagogia e irresponsabilidade das promessas socialistas feitas durante a campanha eleitoral, não traduzidas em medidas concretas no documento em discussão.

As intervenções dos deputados social-democratas puseram a nu a triste verdade: a de que, conforme foi

salientado pelo presidente e líder parlamentar do PSD, Fernando Nogueira, «o Orçamento de Estado de 1996 é um desapontamento lamentável em todos os pontos cruciais para o bem-estar dos portugueses e para a sua esperança».

Assim, depois de ter sido demonstrado que o futuro do País está a ser prejudicado gravemente devido à carência de estratégias do Governo socialista,

à falta de um rumo definido, torna-se claro que há sobejos motivos para o desencanto dos portugueses com a interrupção do caminho de modernização seguido durante uma década de modernidade.

Publicamos neste número as principais intervenções dos deputados social-democratas no decorrer do debate do Orçamento de Estado.

Págs. 4 a 8

## PSD reafirma oposição à Lei da Amnistia

3

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**ÁGUAS SANTAS – PEDOUÇOS / NÚCLEO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Águas Santas / Pedrouços, para reunir no próximo dia 29 de Março de 2017 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua dos Fontineiros, nº 20, - Águas Santas, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação da situação actual núcleo
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

**ALVAIÁZERE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alvaiázere, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Março de 2017 (quarta-feira), pelas 20h30, na sede sita na Estrada Nossa Senhora dos Covões, nº 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das contas do exercício de 2016
- 2 - Autárquicas 2017
- 2.1 - Parecer relativo aos cabeças de lista dos seguintes órgãos
  - 2.1.1. - Assembleia Municipal
  - 2.2.2. - Assembleia de Freguesia de Almoester
  - 2.2.3 - Assembleia de Freguesia de Alvaiázere
  - 2.2.4 - Assembleia de Freguesia de Maçãs de Dona Maria
  - 2.2.5 - Assembleia de Freguesia de Palmá
  - 2.2.6 - Assembleia de Freguesia de Pussos São Pedro
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Outros assuntos

**ALJEZUR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Aljezur, para reunir no próximo dia 24 de Março de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Francisco Gomes de Avelar, nº 12-A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Emissão de parecer ao abrigo da alínea f) do nº 2 do Artº 53º dos Estatutos do PSD

**BRAGA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Braga, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 07 de Abril de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Mercure, - Braga, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovar as contas anuais referentes a 2016
- 3 - Aprovar o orçamento para 2017
- 4 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais
- 5 - Fazer a análise da situação política local nacional.

**CARTAXO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo para reunir no próximo dia 24 de Março de 2017 (sexta-Feira), pelas 21H30, na

Sede sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 1º Dtº, com a seguinte:  
Ordem de Trabalhos  
Ponto único - Processo "Autárquicas 2017"

**CASTELO BRANCO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo Branco para reunir no próximo dia 31 de Março de 2017 (sexta-Feira), pelas 21H00, na Sede em Castelo Branco, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação Política
- 3 - Autárquicos de 2017

**CINFÃES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cinfães, para reunir no próximo dia 24 de Março de 2017 (sexta-Feira), pelas 21H00, no edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Aprovação do relatório de contas 2016
- 2 - Aprovação do orçamento para 2017
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Outros assuntos

**LAGOS**

**ALTERAÇÃO DE DATA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagos, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo **dia 24 de Março de 2017**, (sexta-feira) pelas 20h00, na sede, sita na Rua Soeiro da Costa, nº 48 - 50, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Rectificação das contas da secção relativas ao ano de 2016
- 2 - Estratégia para eleições autárquicas 2017
  - a) Parecer do plenário sobre a candidatura, conforme estabelecido nos Estatutos do Partido

**LAMEGO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Março de 2017 (sábado), pelas 21H00, na Escola Básica de Lamego, nº 2, sita Lamego (Sé), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Dar parecer sobre candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do artigo 53º dos Estatutos do PSD
- 2 - Outros assuntos

**LOULÉ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loulé para reunir no próximo dia 25 de Março de 2017 (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Dar parecer sobre o candidato à Camara Municipal de Loulé nas próximas eleições autárquicas, nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD.
- 2 - Outros assuntos

**MOITA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de secção da Moita para reunir no próximo dia 25 de Março de 2017 pelas 15h00, na Rua José Afonso nº 22, - Moita com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- Ponto único - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política

**MONTALEGRE**

Ao abrigo do Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montalegre, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 24 de Março de 2017,

(sexta-feira) pelas 14h30, na sede, sita no Edifício Cabrilho, Praça Europa, - Montalegre, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações.
- 2 - Aprovação do Cabeça da Lista candidata ao Município de Montalegre, nas Eleições Autárquicas de 2017

**MONTEMOR-O-VELHO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montemor - o Velho, para reunir no próximo dia 24 de Março de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na Escola Diogo de Azambujo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política concelhia
- 2 - Autárquicas 2017
- 3 - Outros assuntos

**MURÇA ANULAÇÃO**

**A Assembleia da Secção marcada para o dia 21 de Março fica sem efeito. Oportunamente será agendada nova Assembleia**

**ÓBIDOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Óbidos, para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 27 de Março de 2017 (segunda-feira), pelas 21h30, na Albergaria Josefa de Óbidos, sita Rua D. João de Ornelas n.º 4, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2017
- 2 - Aprovação do relatório de contas 2016
- 3 - Plano de Actividades e orçamento para 2017
- 4 - Outros assuntos de interesse concelhio

**OLHÃO ALTERAÇÃO DE DATA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia **27 de Março de 2017**, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 23 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Aprovação das contas relativas ao exercício de 2016
- 2 - Autárquicas 2017
- 3 - Outros assuntos de interesse dos militantes

**OLIVEIRA DO HOSPITAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 24 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na Rua António Canastrinha, Lote 12, nº 1 - 1ºB, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política concelhia - Eleições autárquicas 2017
- 3 - Outros assuntos

**PORTO / NÚCLEO LITORAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Litoral do Porto, para reunir no próximo dia 23 de Março de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 -Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação do candidato à Câmara Municipal do Porto Prof. Álvaro Almeida
- 2 - Eleições Autárquicas
- 3 - Análise da situação política

**PORTO / DISTRITAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 27 de Março de 2017 (segunda-feira), pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia

de Paranhos, sita Rua Álvaro Castelões, 811 - Porto, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:  
1 - Informações do Presidente  
2 - Outros assuntos

**SILVES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Silves, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Março de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Cândido dos Reis, Lt C Lj B, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
1 - Eleições Autárquicas 2017 - Apresentação e emissão de parecer sobre o candidato à Camara Municipal de Silves, proposto pela Comissão Política de Secção, nos termos do artigo 53º, alínea f) dos Estatutos do PSD

**TONDELA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tondela, para reunir, no próximo dia 27 de Março de 2017 (segunda-feira), pelas 21h30, no Auditório Municipal, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
1 - Informações  
2 - Apresentação e votação das contas referentes ao exercício de 2016 e apresentação do plano de actividades para 2017  
3 - Dar parecer, sobre a candidatura aos órgãos autárquicos locais, nos termos do artigo 53º da alínea f) dos Estatutos do PSD  
4 - Outros assuntos de interesse para o Partido

**TORRES VEDRAS.**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras para reunir no próximo dia 30 de Março de 2017 (quinta-feira), pelas 21h30,

na sede sita na Rua 9 de Abril, 1-3.º Direito, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
1.- Informações  
2 - Autárquicas 2017;  
3.- Aprovação das contas de 2016 e orçamento 2017

**VILA REAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 07 de Abril de 2017 (sexta-feira), na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
1 - Informações e análise da situação política nacional e Autárquica  
2 - Eleições Autárquicas - 2017  
3 - Outros assuntos

**UISEU / DISTRI TAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Uiseu para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, no Solar dos Peixotos, sito na Rua Cimo de Vila, - Uiseu, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:  
1 - Informações  
2 - Análise e aprovação das contas de 2016, de acordo com o artº 39º, nº 2, alínea c) dos Estatutos do PSD  
3 - Eleições Autárquicas 2017 - Análise da situação política  
4 - Outros assuntos

**UISEU**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Uiseu para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Março de 2017 (segunda-feira) pelas 21h00, no Solar dos Peixotos, sito na Rua Cimo

de Vila, - Uiseu, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:  
1 - Informações  
2 - Análise da situação política  
3 - Apresentação, discussão e aprovação das Contas referentes ao exercício de 2016 e Orçamento para 2017  
4 - Outros Assuntos



**ARCOS DE VALDEVEZ**

Venho por este meio solicitar a anulação do acto eleitoral para a comissão política e Mesa do plenário da JSD de Arcos de Valdevez marcado para dia 18 de março de 2017, por motivos de força maior.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 8/3/2017 CONSELHO DISTRI TAL DE PORTALEGRE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital para reunir no próximo dia 18 de Março de 2017 (sábado), pelas 16 horas, na sede do Partido Social Democrata em Castelo de Vide, sita na Rua de Olivença, 13 - 1º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto Um: Análise da situação político-partidária  
Ponto Dois: Marcação das eleições para os órgãos distritais (mandato 2017-2019).

**CASCAIS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Cascais para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 15 de Abril de 2017, pelas 18h00m, na sede Concelhia do PSD de Cascais, sita no Largo da Estação, n.º 4 - 1º andar, 2750-340 Cascais, com a seguinte ordem de trabalho:

- Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da JSD Cascais.  
Nota: As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Distrital de Lisboa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Cascais, sita no Largo da Estação, n.º 4 - 1.º andar, 2750-340 Cascais, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD. As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20h00m.

**MAFRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Mafra para reunirem no dia 19 de Abril de 2017, pelas 20 horas, na sede da JSD Mafra, sita no Terreiro D. João V, número 61, 2 andar, em Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto único: eleição da mesa do Plenário concelhio.  
Notas: As urnas estarão abertas entre as 20 horas e as 22 horas.  
As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente a substituta, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**TOMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir em sessão ordinária no dia 8 de abril de 2017 pelas 10h30, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações e Análise da Situação Política;  
2 - Preparação das Autárquicas de 2017.



**I - CONSELHO NACIONAL 2017**

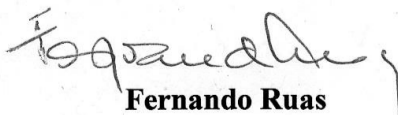
Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **23 de março, quinta-feira às 21H00, no Vip Executive Villa Rica Hotel**, Avenida 5 de Outubro 295 em Lisboa, com a seguinte

**Ordem de Trabalhos**

**Ponto 1:** Informações;

**Ponto 2:** Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Congresso

  
**Fernando Ruas**

Lisboa, 10 de março 2017